

O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira

VITALE JOANONI NETO*

Concentra o pensamento não apenas naquilo que ‘ocorreu alguma vez’ e desapareceu, partiu, mas em algo que ocorreu como parte de um universo que ainda está aqui, agora. (MATOS, 1989, P.32)

O objetivo desse texto é propor uma aproximação entre dois pontos aparentemente distantes: a formulação de uma identidade brasileira a partir dos modernistas no início do século XX e a ocupação do Mato Grosso após 1970. A distância entre ambos os temas é menor do que se possa pensar em um primeiro momento.

Pretende-se analisar a reocupação do Mato Grosso no final do século XX na perspectiva do pensamento conservador brasileiro, que a partir do surgimento do modernismo, voltou-se para o interior do país ensaiando, em diferentes momentos, a chamada integração nacional. Esse discurso que perpassou todo o século chegou aos anos 1960 e 1970 incorporando os novos matizes contemporâneos advindos da Guerra Fria, CEPAL além das tensões internas por reforma agrária. O Oeste brasileiro, fronteira de muitas faces, foi repensado e reocupado em muitos momentos diferentes. Este pequeno texto pretende observar apenas algumas das incursões ocorridas no século passado que entendemos ser significativas para a compreensão do atual quadro de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso e da Amazônia Legal Brasileira.

O desejo de conquista e posse sobre o território chegou ao litoral junto com as primeiras naus portuguesas à costa brasileira. Tal preocupação se tornou um projeto que se estendeu por toda a vida colonial e imperial. As disputas entre os impérios espanhol e luso pela linha de

* Professor Doutor do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da UFMT – yjneto@uol.com.br

fronteira no centro da América do Sul durante os séculos XVII e XVIII são conhecidas, bem como as marcas deixadas no atual Estado de Mato Grosso. Logo nos primeiros anos de vigência da República, Marechal Floriano Peixoto, então presidente, encomendou um estudo a Louis Ferdinand Cruls sobre o Planalto Central Brasileiro e dele resultou a demarcação de um quadrilátero com cerca de 14.400 Km quadrados no qual deveria ser construída a futura capital federal, respeitando um dispositivo da primeira constituição republicana. Abandonado por Prudente de Moraes, o projeto de construção da nova capital foi retomado durante todo o século XX até Juscelino Kubitschek executá-lo como meta síntese de seu governo.

A preocupação com a integração do interior do Brasil tem diferentes momentos ao longo de nossa história, optamos por retomá-la a partir do modernismo, de autores formuladores de um projeto de identidade nacional, alguns deles ligados ao IHGB e que se propondo a repensar a brasilidade, reconstroem a História, atribuindo diferentes papéis ao povo brasileiro, ou aos seus elementos formadores, o negro, o índio e o branco.

Von Martius, com o seu texto monográfico “Como se deve escrever a História do Brasil”, publicado pelo IHGB em 1845, influenciou decisivamente a elite intelectual brasileira na produção de uma história e na formulação da identidade nacional, com ênfase na localização territorial e em sua composição étnica (GUIMARÃES, 2000, P.389-410). Plantava-se a firme ideia de um solo pátrio em largas e contínuas extensões com desdobramentos sempre constantes, a partir das atividades econômicas, depois apresentadas também em “ciclos”. Essas representações da construção da nação sobre um território contínuo aparecem associadas ao alargamento das suas fronteiras e aos movimentos de interiorização. Embora aspirem à universalidade de uma avaliação histórica, fundada na razão científica, não podemos nos esquecer de que respondem sempre a interesses de grupos (o comprometimento com as elites) que, na história do Brasil, as recriaram constantemente.

Euclides da Cunha afirmou no início do século XX que “iludidos por uma civilização de empréstimo, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República”. Nela tanto na Capital quanto nos Estados manteve-se o mais fundo contraste entre os “copistas” (empenhados em construir a república segundo seus interesses) e aqueles “rudes patrícios mais estrangeiros nessa

terra que os imigrantes da Europa” (CUNHA, 1966 apud NEVES, 2008, P.18). Foi assim que, ao longo do século XX, historiadores e outros intelectuais produziram as diferentes visões sobre a fronteira Oeste brasileira e, em muitos momentos, a figura do bandeirante apareceu, não raro reproduzida tal como no pensamento de Ellis Jr., Capistrano de Abreu ou Oliveira Vianna, agora usada para justificar práticas econômicas e modelos de ocupação do território brasileiro.

Parte importante da historiografia brasileira, desde o século XIX, elaborou uma história nacional na qual destacou a nossa integridade territorial. Em sua obra *História Geral do Brasil*, Francisco Adolfo Varnhagên, ao analisar a descoberta portuguesa e a implantação do modelo de exploração colonial, elogiou a eficácia do controle e a guarda das fronteiras. A valorização da integração territorial foi matéria-prima na composição de uma identidade brasileira, nas mãos do IHGB.

Deste modo podemos, a partir de finais do século XIX, com a preeminência paulista, localizar pontos mais decisivos na construção das imagens sobre a nação. Trata-se de destacar no imaginário nacional a “epopeia paulista” (novamente a tônica recai sobre integridade e alargamento territorial), na qual a figura desse bandeirante estará indelevelmente identificada à formação espacial do Brasil. O estado atual de nossas fronteiras seria devido à penetração sertanista, à sua atuação corajosa e civilizadora. “Os historiadores paulistas enfatizaram aspectos e deram consistência às representações do bandeirante como símbolo paulista, a ser imposto à toda nação, como construtor da integridade territorial brasileira.”, como aponta a historiadora Kátia M. Abud (1999, pp. 379-88). A atividade de conquista ganhou a sua dimensão imagética completa: bandeirismo e conquista de território, invasão de terras indígenas e apropriação de terras virgens, tudo legitimado pela ação civilizadora dos bandeirantes, construtores da nação.

Afonso d’E. Taunay, autor da *História Geral das Bandeiras* (1975), marcou com força irreduzível a ideia da vocação bandeirante, o movimento pelos sertões, desenhando caminhos, permitindo conciliar imagens como sertão e espírito bandeirante. A ideia de bandeira em movimento, de interiorização pelos sertões, a riscar o mapa da nação, é o legado de uma “história da conquista” a ocupar o imaginário dos futuros colonizadores do Brasil.

Levar em conta tais heranças e submeter a exame a Historiografia Brasileira, que instituiu um padrão de conhecimento histórico com os autores do século XIX, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos leva a questionar a escrita da História do Brasil, dedicando-se ao trabalho sistemático de seleção dos elementos constitutivos da formação da nação. Entretanto, para que essa breve análise possa ser útil, torna-se fundamental reter este universo de imagens, flagrado nas narrativas históricas, que ainda persistem na construção imaginária da grandeza das terras brasileiras, imagem que remete ao mito fundador do Brasil, como parte do Novo Mundo, a realização da promessa. É a Visão do Paraíso, para lembrar aqui a obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda (2000). De acordo com Marilena Chauí: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (CHAUI, 2000, p.10).

A contribuição do Modernismo como matriz cultural, em sentido lato, norteador de um modo de pensar o Brasil, expressado na literatura, artes plásticas, cênicas, produção científica, foi importante, pois expôs o deslocamento das referências civilizatórias da Europa para a América, inspirando o surgimento de novos paradigmas culturais. Artistas e intelectuais brasileiros e europeus buscaram conhecer e melhor entender o país. Os modelos importados até então são agora usados para se pensar a construção da brasilidade e isso implicou necessariamente repensar o passado.

Destacaremos aqui três visões distintas surgidas nesse momento e que podem ser vistas como modos de pensar e entender a brasilidade: Macunaima de Mário de Andrade, Antropofagia de Oswald de Andrade e Martim Cererê de Cassiano Ricardo.

Mário de Andrade tratará da urgência da criação de uma cultura brasileira como condição para sermos reconhecidos como país civilizado. A partir do pressuposto “meditar para não reproduzir”, proporá em sua obra que o Brasil é simultaneamente negro, branco e índio. Daí Macunaima viajar pelo Brasil sem pré-determinações, mover-se entre o passado e o presente, o campo e a cidade, o litoral e o sertão, o céu e a terra, em busca da identidade que ainda não tem. Ele proporá a superação das diferenças regionais em favor da unidade nacional.

Oswald de Andrade produziu dois manifestos importantes. No primeiro, Pau-Brasil, buscou uma síntese cultural entre o popular e o erudito, no segundo, Antropofágico, a prática nativa foi recuperada como metáfora. “Só a antropofagia nos une”. A ideia de que as influências europeias estão presentes, mas não devem mais ser aceitas como tal sem uma intervenção, devem ser reelaboradas à luz de nossa realidade. Em busca de nossa brasilidade deveríamos selecionar as influências mais pertinentes e repensá-las segundo nosso projeto de país. Conforme sua leitura, nosso passado é anarquizante e nosso futuro utópico.

Cassiano Ricardo também repensou o Brasil a partir de sua obra Martim Cererê. Um poema épico adequado ao estilo modernista, com uma releitura sobre o surgimento do país em que se misturam elementos míticos, históricos, religiosos, onde o passado e o presente aparecem ligados em uma predestinação e o bandeirante está idealizado em seu papel na história da formação do povo brasileiro. Mais que fundar o “mito das três raças”, Ricardo propõe uma forma de se entender a brasilidade rompendo com as versões tributárias da influência europeia. O marinheiro Martim, encantado pela Uiara, vai à África, traz os negros, casa-se com ela e daí surgirá o bandeirante, o “gigante de botas”, ancestral heroico do Brasil, fundador da nova nacionalidade, protagonista do progresso, que valoriza o interior e relativiza o litoral e que coloca São Paulo e o paulista como descendentes diretos dessa personagem justificando sua propensão ao trabalho e ao desenvolvimento.

O grupo modernista do qual Ricardo fazia parte, denominado Verde e Amarelo, glorificou e mitificou o passado nacional e, em um primeiro momento, construiu a justificativa para o protagonismo paulista à frente da nação juntamente com Alcântara Machado, Alfredo Ellis Jr, Oliveira Vianna e Afonso d’E. Taunay. No decorrer dos anos 1930, com o desgaste dessa hegemonia e o surgimento de outros grupos políticos, à frente da revolução de 30, Ricardo produziu em 1940 a “Marcha para o Oeste. A influência da bandeira na formação social e política do Brasil”, na qual elaborou uma justificativa para a implantação do Estado Novo buscando novamente no bandeirante e em sua atuação heroica as matrizes explicativas para a vigência desse modelo de governo. Note-se que se entre os modernistas paulistas do início do século, o paulista e São Paulo foram tomados como protagonistas da nação. Neste outro momento com

uma ditadura nacional, será o brasileiro o herdeiro dessa raça de gigantes. Essa nação se formou no interior e é ali seu berço, longe das influências negativas do litoral.

Esse projeto de modernização conservadora levou Vargas a tomar importantes medidas em seu governo: a criação da Fundação Brasil Central, a marcha para o Oeste, a criação de colônias agrícolas em pontos diferentes do país, a anulação da concessão para a exploração da erva mate pela Cia. Mate Laranjeira e a criação dos Territórios Federais de Ponta Porã, Iguazu, Guaporé, Rio Branco e Amapá, vista como ato de fortalecimento das fronteiras nacionais.

Entre os anos de 1950 e 1960 dois projetos se batem. Um em busca de mudanças como reforma agrária, garantia de direitos sociais e educação, reunindo trabalhadores rurais, setores da Igreja Católica, estudantes, intelectuais ligados à esquerda e ao PCB. O outro propõe a industrialização com apoio internacional, preservação da estrutura agrária, valorização da atuação empresarial com menor presença do Estado. Esse grupo reunia setores da Igreja Católica, intelectuais (como Ricardo citado acima e outros, como Pedro Calmon e Afonso Arinos de Mello Franco), empresariado rural e urbano.

Vale destacar aqui a atuação de Juscelino Kubitschek ao propor como meta para seu governo a construção de estradas ligando Brasília, em construção, a diferentes pontos do país, com destaque para as rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Rio Branco, passando por Porto Velho. Essas rodovias foram importantes canais de entrada de migrantes para a fronteira Oeste. JK não apresentou planos para a colonização do interior, pelo contrário, deixou as novas terras valorizadas pela construção da capital nas mãos da elite agrária nacional, que desconsiderando a ocupação da população tradicional, apossou-se das áreas provocando a expulsão de parte da população e conflitos como o de Trombas e Formoso.

Os anos 1960 aceleraram as mudanças sociais e econômicas e suscitaram outras discussões sobre a construção da nacionalidade. A esquerda, movida pelo impulso de se mudar a história para a construção do homem novo, buscou em um passado idealizado o homem do povo, rural, suposta matriz para se repensar a nossa identidade a partir de uma cultura popular autêntica, sobre a qual se alicerçaria uma outra brasilidade, em oposição ao projeto conservador. Esta seria moderna, desalienada e socialista. Uma proposta que rivalizou com o modelo vigente e foi

vencida politicamente pela implantação da ditadura militar, mas que resistiu como cultura alternativa e de vanguarda, sujeita ao forte aparelho censor e repressor ou na clandestinidade.

Depois do golpe militar em março de 1964, recuperou-se o discurso da salvação do país ameaçado pelo perigo comunista (já visto no Estado Novo), buscou-se justificar a intervenção armada como contrarrevolução a identidade do Brasil proposta durante o estado ditatorial foi a de um país integrado, unido sob o comando de um governo forte. Novamente se buscou no passado idealizado, nos bandeirantes, justificativas para os projetos que estavam por vir. As bandeiras foram vistas como um “estado larvar”, como cidades em miniatura, na origem do “nosso *self-government* na formação do Estado Brasileiro” (RICARDO, 1970, p.XL). O bandeirismo foi identificado à revolução e à defesa e preservação dos valores fundamentais do mundo moderno: cristianismo, direito internacional, capitalismo europeu e revolução industrial.

A integração nacional foi o ponto central dessa nova identidade, daí a importância assumida pela figura do bandeirante, Projeto Rondon, Rodovia Belém-Brasília, Transamazônica, a tudo isso se anunciou efeitos do “fermento instintivo dos tempos heroicos” (RICARDO, 1970, p.623)

Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo caminha pra Oeste, realizando o seu “imperialismo interno”, palmo a palmo. Ainda uma luta em extensão, com os primeiros marcos da profundidade.
(RICARDO, 1970, p.622).

A centralidade da ideia da integração do território nacional é explicada nesse momento pela influência da guerra fria, pelas sinalizações internacionais acerca da necessidade da ocupação dos espaços vazios com os excedentes populacionais de algumas áreas do planeta, o que levou a CEPAL a olhar para a Amazônia como passível de receber levas de imigrantes e, por consequência, despertou a reação das forças armadas brasileiras, que nesse momento no poder, impõe o “integrar para não entregar”, um grande projeto de ocupação com incentivos governamentais. É importante destacar, no entanto, que ressalvadas as particularidades e deslocamentos de ideias, próprias da dinâmica histórica, a identificação do pioneiro, esse patriota

que atende ao apelo da nação e migra para a fronteira, com o bandeirante, o civilizador, é presente e constante tanto nos documentos oficiais como nos discursos de empresas, peças de propaganda e na memória dos moradores dessas áreas de fronteira.

Não parece que estamos falando das últimas décadas do século XX, mas é fato: neste período ainda, a Amazônia aparece vista como terra a ser descoberta pelos novos bandeirantes, território propício à colonização a ser dirigida pela ação fundadora e civilizadora da sociedade nacional, identificada à presença de grupos empresariais como a Integração, Desenvolvimento e Colonização LTDA (INDECO), e a Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná (SINOP), entre outras que atuaram em Mato Grosso.

A imagem de um país de vasta extensão territorial, apontada desde o século XIX como um dos principais elementos formadores da identidade brasileira, traduzia particularmente a obsessão de nossa afirmação enquanto nação. Grupos empresariais utilizaram fartamente desta imagem para se apresentarem como mediadores do desenvolvimento do Brasil que, desde Vargas, com a Marcha para Oeste, entendiam interiorização e integração associadas a essa noção, o que levou a implantação dos chamados Projetos de Colonização.

Em toda a Amazônia Legal, particularmente no estado de Mato Grosso, tais Projetos de Colonização foram operações para comercialização de terras, adquiridas em condições muito favoráveis por empresas privadas, ou repassadas a companhias estatais que agiam seguindo os modelos bem sucedidos daquelas primeiras. Repassando lotes aos compradores a preços e condições de pagamento atraentes, ocultando a falta de infraestrutura e o verdadeiro caráter de tais empreendimentos. Essa operação à qual se atribuía o mérito de fixar o homem a terra, de promover a integração nacional, de ocupar espaços vazios, que a propaganda se encarregou de consolidar como o equivalente a uma reforma agrária, serviu para desviar as atenções e aliviar as tensões (econômicas, sociais e políticas), nas áreas que estiveram sob sua influência além de auferir polpidos lucros a um pequeno grupo de empresários, reconhecidos como “Bandeirantes Modernos”, “Desbravadores”, ou “Pioneiros”.

O jogo político visando a ocupação de terras no interior do Brasil empreendido pelos setores empresariais nacionais e transnacionais, nas décadas finais do século XX, evidenciou

recomposições violentas em todo o território brasileiro, provocando desterritorialização e reterritorialização de espaços sociais, particularmente na Amazônia. A partir da década de setenta, as empresas privadas de colonização e agropecuária apareceram tomando para si a tarefa civilizadora de povoamento das terras ditas vazias, assumindo a missão social, como disseram, de transformar o mundo selvagem, levar progresso, desenvolvimento e modernidade. O estado Mato Grosso concentrou o maior número dos projetos de colonização e agropecuários de natureza privada (cerca de 70%).

Pelo estado de Mato Grosso, grupos desterritorializados, migrantes pobres, pequenos proprietários induzidos a sair de suas terras, garimpeiros, trabalhadores rurais deslocaram-se entre as áreas de colonização agrícola, os garimpos e as inúmeras cidades que surgiram desse processo último de reocupação dirigida. Os núcleos urbanos, resultantes desta política citada (seja através da colonização privada, oficial, dos projetos de assentamento ou de outras estratégias políticas desenvolvidas, sobretudo a partir do regime militar), tinham características muito próprias, a destacar seus espaços sociais conservadores e autoritários, desenvolvendo mecanismos violentos de exclusão social. Acre, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás projetam imagens sombrias de homens e mulheres destituídos de qualquer condição de cidadania, população em constante processo de deslocamento à procura da terra de trabalho e riqueza. Nesta configuração, a Amazônia, menos um conceito geográfico, ainda que para o Estado seja um conceito geopolítico, militar e econômico, é uma construção imaginária e simbólica.

Este imaginário é importante para as reflexões que tratam da ocupação da Amazônia brasileira em seu período mais recente, focalizando Mato Grosso, procurando dar relevo às imagens da nova conquista do Oeste. A história da reocupação do território brasileiro, desde o momento da chegada dos europeus no século XVI, tem como ponto comum o fato de que o olhar do conquistador desconsidera o existente. Na a Amazônia Legal Brasileira e no Centro Oeste não foi diferente. Foram vistos como algo dado, que não precede à ação do branco civilizador na missão sempre renovada de integração nacional, retórica fundamental muito utilizada pelos governos da Ditadura Militar. Vários autores assinalaram a relação da militarização com a

inserção de um modelo de desenvolvimento capitalista na Amazônia nesse período, como por exemplo, Almeida (1981), Ianni (1979) e Martins (1984).

De todo modo, a novidade não se encontra aí. As matas tropicais e florestas historicamente indicaram uma maneira de olhar o Brasil. As visões e descrições que desenham sua imagem ganharam, desde antes, preciosos contornos nas mãos dos artistas-viajantes, nas famosas expedições dos exploradores europeus, que percorreram o interior do Brasil, desde os inícios do séc. XIX. Em especial, os trabalhos de Von Spix e Von Martius dando maior relevância a sua fauna e flora, traduzindo o país em imagens exuberantes. A Amazônia é emblemática nesse sentido e ele norteia nosso olhar. Sua paisagem foi vista pela exuberância da floresta, pela riqueza da sua fauna, pela presença indígena. A vastidão territorial (sem fragmentação) e a floresta a guardarem recônditas riquezas. Duplas imagens produzindo o tempo todo seu jogo de significados com o qual a entendemos: terra sem mal e terra da cobiça, terra selvagem e terra do perigo. A força dessas imagens e mais a positividade do desbravamento e da conquista, mesmo à custa das invasões em terras indígenas e destruições de toda ordem, de novo autorizam a ação civilizadora dos “novos bandeirantes” e legitimam o povoamento atual, tendo como resultado mais visível o surgimento de inúmeras cidades.

Releve-se na memória o gesto dos tempos em que bandeirantes cruzavam as terras à procura de índio, ouro e outras preciosidades dos sertões. Agora o mito é repostado, a terra da abundância, onde as águas sempre correm e as verdes folhas nunca secam, a Terra sem mal (Clatres, 1978), projetada para a Amazônia. Agora é o Brasil que novamente caminha para Oeste, o país que toma posse de si mesmo. Na visão de Hannah Arendt, “a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude.” (ARENDR, 1978, P.49).

Referências Bibliográficas

ABUD, Katia M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante.** São Paulo, 1986. 250p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da USP.

ABUD. A construção das fronteiras brasileiras: uma tarefa de historiadores. In: **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: Fronteiras**, Vol. I. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, pp. 379-388.

ALMEIDA, Alfredo W. “Getat – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional”. In: **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA** (n.º 2), Campinas, mar-abr/ 1981.

ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso. Do sonho a utopia da terra.** Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2008.

CARDOSO, Fernando H. e MÜLLER, G. **Amazônia: Expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.** São Félix, 10 out. 1971. Disponível em <http://alternex.com.br/prelazia/igreja.htm> acesso em 30 maio 2003.

CHAUÍ, Marilena. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 26 de março de 2000, p.10.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal** (o profetismo tupi-guarani). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo: Publifolha, 2000.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano.** São Paulo: Typographia Piratininga, s/d.

ESTERCI, Neide. **O Mito da Democracia no País das Bandeiras - análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo.** Rio de Janeiro, 1972. 160p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Mestrado em Antropologia Social da UFRJ.

- GOMES, Angela de C. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GUILLEN, Isabel C. M. **Errantes da Selva**. Histórias da Migração nordestina para a Amazônia. Recife: EdUFPE, 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. "Cidades de fronteira". In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **Relações cidade -campo: fronteiras**. Goiânia: Editora UFG, 2000.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- GUIMARÃES, M. L. S.: 'História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.
- HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (orgs). **História, terra e trabalho em Mato Grosso: Ensaios Teóricos e Resultados de Pesquisas** São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.
- JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença**. A colonização de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2007.
- JOANONI NETO, Vitale. Os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso após 1970. **Pós-história**, Assis, v. 10, p. 219-237, 2002.
- LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMT/Imprensa Universitária/PROEDI, 1982.
- LIMA, Gen. Afonso Augusto de Albuquerque e outros. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil**. V.4, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

MATOS, Olgária C.F. **Os arcanos do inteiramente outro-** A escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na Virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste. 2vols**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RONDON, Gen. Frederico. **Pelos sertões e fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

TAUNAY, Affonso de. **Historia das bandeiras paulistas**. 3Vols. São Paulo: Melhoramentos, 1975.